

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitora
Dora Leal Rosa

Vice-Reitor
Luiz Rogério Bastos Leal



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora
Flávia Goullart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Titulares

Ângelo Szaniecki Perret Serpa
Caiuby Alves da Costa
Charbel Ninõ El-Hani
Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti
José Teixeira Cavalcante Filho
Alberto Brum Novaes

Suplentes

Cleise Furtado Mendes
Evelina de Carvalho Sá Hoisel
Maria Vidal de Negreiros Camargo



Casa das Áfricas

ÁFRICA NEGRA HISTÓRIA E CIVILIZAÇÕES

Tomo II (Do século XIX aos nossos dias)

Elikia M'Bokolo

Com a colaboração de
SOPHIE LE CALLENNEC e de THIerno BAH

Tradução de
MANUEL RESENDE

Revisão acadêmica da tradução para a edição brasileira

DANIELA MOREAU
VALDEMIR ZAMPARONI

Assistente: Bruno Pessoti

EDUFBA | Casa das Áfricas | 2011

Título Original: Afrique Noire - Histoire et civilisations - Tome II
(publicado na coleção: Universités francophones - AUPELF-UREF)
© HATIER, 2008

Capa e editoração eletrônica
Lúcia Valeska Sokolowicz

Mapas
Rodrigo Oyarzábal Schlabitz

Projeto gráfico
Alana Gonçalves de Carvalho

Projeto Editorial Histórias ao Sul
José Murilo de Carvalho (UFF), Lilia Moritz Schwarcz (USP)
e Valdemir Zamparoni (UFBA) (coordenador)

Revisão
Daniela Moreau

Sistema de Bibliotecas - UFBA

M'Bokolo, Elikia.

África negra : história e civilizações / Elikia M'Bokolo ; com a colaboração de Sophie le Callennec e de Thierno Bah ; tradução de Manuel Resende ; revisão acadêmica da tradução para a edição brasileira, Daniela Moreau, Valdemir Zamparoni ; assistente : Bruno Pessoti. - Salvador : EDUFBA ; São Paulo : Casa das Áfricas, 2011.
754 p. : il.

Tradução de: Afrique noire : histoire et civilisations.
Conteúdo: t. 2 - Do século XIX aos nossos dias.
ISBN 978-85-232-0755-7

1. África, Sub-Saara - História. 2. África, Sub-Saara - Civilização. I. Le Callennec, Sophie.
II. Bah, Thierno. III. Resende, Manuel. IV. Título.

CDD - 967

Todos os direitos para a edição brasileira reservados ao
Centro de Estudos Afro-Orientais - CEAO, FECH/UFBA

EDUFBA	CASA DAS ÁFRICAS
Rua Barão de Jeremoabo, s/n	Rua Jaciporã, 88
Campus de Ondina, Salvador-BA	São Paulo - SP - Brasil
40170-115	01256-110
Tel/fax: (71) 3283-6164	fone/fax: 55 11 3801-1718
edufba@ufba.br	casadasafricas@casadasafricas.org.br
www.edufba.ufba.br	www.casadasafricas.org.br

A presente edição contou com o apoio da SEPHIS - South-South Exchange
Programme for Research on the History of Development, Amsterdam

SEPHIS

SUMÁRIO

13 PREFÁCIO

17 PREFÁCIO DO AUTOR À EDIÇÃO REVISTA

19 ÁFRICA NEGRA - DOCUMENTOS

23 I

GUERRAS E ESTADOS: A ÁFRICA POLÍTICA NO SÉCULO XIX

25 I. EXPANSÃO, TRADIÇÃO, MODERNIZAÇÃO

26 A. O Reino Asante: guerra e dinâmica da ordem política

1. Os imperativos da expansão: um Estado guerreiro, 27

2. A consolidação do Estado, 29

3. Polarizações políticas e dinâmica da evolução, 33

38 B. O Reino Bamum: a aposta na modernidade

1. Os reis conquistadores, 38

2. Njoya: a era da inovação, 41

3. A abertura ao mundo exterior, 42

45 C. A região dos Grandes Lagos: reorganização do espaço político

1. Originalidade do espaço interlacustre, 46

2. Tipologia das evoluções, 55

63 II. GUERRAS E PROCESSOS IDENTITÁRIOS

63 A. O Sudão ocidental e central: as guerras santas muçulmanas

1. Os fatores da jihad, 64

2. Guerra santa, mudança social e inovações políticas, 68

3. A jihad, tema controverso, 76

77 B. O Estado Zulu: o Mfecane

1. A ascensão de Chaka, 77

2. Reforma militar e renovação estratégica, 79

3. Violência e construção, 81

85 C. Samori Touré e a revolução Diúla

1. O homem de Estado e o seu meio, 86

2. O fator militar, 87

3. Ordem e estruturas políticas, 89

93 III. CONSTRUÇÃO, RECONSTRUÇÃO E MODERNIZAÇÃO:
ETIÓPIA E MADAGASCAR

94 A. Fragmentação e fragilidade

1. A fragmentação política, 94

bloqueios de mercadorias (documento 89); às manifestações espontâneas e imediatas começavam a suceder-se ações mais ensaiadas, com finalidades mais amplas e mais conscientes. Este processo foi especialmente visível em meio operário, como mostram as pesquisas recentes (M. Agier, J. Copans e A. Morice, 1987).

Durante muito tempo, os inquéritos sociológicos e etnográficos em meio operário tinham-se preocupado com fenômenos como a “destribalização”, a adaptação à cidade. A tônica que hoje em dia se põe no movimento social mostra a complexidade da ação operária. Nos locais onde a classe operária já era antiga, como na África do Sul ou no Senegal, as greves começaram mais cedo. Pelo contrário, no Congo Belga, onde a classe operária era cuidadosamente enquadrada e dividida, os movimentos foram tardios e, no que toca a Angola e Moçambique, de alcance menor. As lutas assumiram formas diversas: a maioria das minas da África Ocidental, Central e Meridional conheceram movimentos de greve. Houve boicotes de mercadorias, nomeadamente quando os gêneros alimentícios eram vendidos a preços considerados proibitivos, bem como pilhagem de armazéns possuídos por “levantinos”. Em 1918, em Johannesburg, os varredores deixaram de recolher o lixo, deixando durante algum tempo a cidade num terrível estado de sujeira. Numa ação habilmente concertada, os produtores de cacau da Gold Coast recusaram-se por várias vezes a vender o fruto das suas explorações, a fim de contestarem os preços que lhes eram propostos. Foi na mesma ótica que se criou a KNPA (*Kilimanjaro Native Planters Association*) que pretendia defender os produtores de café. A necessidade de se unirem para transformar ações isoladas em manifestações de envergadura levou os operários, seguidos por outras categorias sociais, a organizar-se para travarem paralelamente a luta nos terrenos econômico e político: foi assim, por exemplo, que surgiram, já antes da Segunda Guerra Mundial, os primeiros sindicatos, os quais, sabe-se, desempenharam um papel essencial na marcha rumo à independência.

Documento 89: Primeiros movimentos operários e urbanos, marcos cronológicos

1906-1908	- Campanha de desobediência civil na África do Sul orquestrada por Gandhi.
1912	- Criação da <i>Nigerian Civil Servants Union</i> .
1918	- Greve na África do Sul (40 000 mineiros).
1919	- Greves, motins e pilhagens na Serra Leoa. Greve dos estivadores na África do Sul.
1919-1920	- Greve nas minas do Transvaal (71 000 assalariados).
1920	- Greve dos operários da ferrovia Dacar-Saint-Louis no Senegal.
1921	- Manifestações no Quênia.
1921-1923	- Greve dos operários do Catanga (Congo Belga).
1922	- Greve dos mineiros brancos na África Austral.

1923	- Greves, manifestações e pilhagens em Porto-Novo: incidentes nos estaleiros de construção da linha férrea Dacar-Bamako.
1924	- Greve nas minas de ouro em terras asantes (Gold Coast).
1925	- Greve nas minas de carvão na Nigéria. Greve dos empregados da ferrovia Thiès-Níger.
1926	- Greve dos ferroviários da Serra Leoa e do Senegal.
1927	- Greve nas minas da Rodésia do Sul. Greve dos empregados dos Correios em Dacar.
1929	- Manifestações na Gâmbia, no Uganda e em Madagascar.
1931	- Greve na UMHK no Congo.
1934	- Greve dos estivadores de Mombaça.
1935	- Greve nas minas de cobre da Rodésia do Norte e no Congo Belga.
1935-1937	- Greves nas minas do Catanga. Série de greves em Dacar.
1939	- Greve dos estivadores, seguida de greve geral, em Mombaça.
1940	- Greve nas minas da Rodésia do Norte.

Fonte: cronologia estabelecida por Sophie Le Callenec.

II. 1939-1945: A ACELERAÇÃO

Como acontecera vinte e cinco anos antes, quando do primeiro conflito mundial, a África viu-se diretamente implicada na guerra que eclodiu em 1939. Pode dizer-se que a Segunda Guerra Mundial, surgida na imediata sequência da conquista italiana da Etiópia, sem qualquer interrupção, começou mais cedo na África (1935) do que na Europa. A África representou de novo um terreno de combate e um viveiro de recursos, quer humanos, quer materiais. Mas, desta vez, o seu envolvimento foi ainda maior. Por um lado, a frente principal extravasava o estrito quadro da Europa, estendendo-se, por cima do Mediterrâneo, para a parte setentrional do continente negro, e isto quando duas outras frentes enquadravam o continente, no Sudeste Asiático e no Oceano Atlântico e o Canal de Suez estava fechado, de forma que a África se tornava um ponto de passagem obrigatório para as tropas e o coração estratégico de uma “guerra total”. Por outro lado, as incertezas quanto à posição da França e das suas colônias africanas relativamente à Alemanha, traçavam no continente longas linhas de tensões e de possíveis conflitos. Por último, o desafio racial e racista lançado pela Alemanha nazista fazia pender uma pesada hipoteca sobre o mundo em geral e sobre a África “negra” em especial. Mas, para lá dos desafios e das condições em que esta nova guerra decorria, o período foi crucial para a África negra, que viveu uma das viradas mais importantes da sua história, pois nele viveu o tempo e o espaço de uma aceleração das reivindicações, de um verdadeiro “acordar” e de uma conscientização profunda e definitiva do desejo de emancipação.

A. O envolvimento da África na guerra

São numerosos os pontos comuns entre os efeitos das duas guerras mundiais na África. Por duas vezes, as potências coloniais viraram-se para os seus impérios para a eles irem buscar os apoios estratégicos, militares e econômicos de que careciam. Das duas vezes, a África foi uma grande fornecedora de homens (mais de 250 000 soldados nas colônias francesas, 146 000 soldados na África Ocidental britânica, 280 000 soldados na África Oriental britânica, 137 000 soldados na África do Sul etc.) e de recursos. Não insistiremos aqui nas condições em que decorreram os recrutamentos de tropas: são comparáveis às da guerra de 1914-1918. A França reatou com a sua política de conscrição; a Grã-Bretanha foi obrigada, mais uma vez, a ir além do quadro estrito do voluntariado; a África do Sul, pelo menos até 1944, confinou os “não brancos” em tarefas logísticas; e, por fim, a Bélgica, privilegiou o esforço econômico mas enviou a Força Pública do Congo para diversas frentes na África. Uma das raras inovações no domínio militar foi o envio de tropas das colônias britânicas para a frente asiática, experiência que iria renovar-se alguns anos depois, no império francês, durante a guerra da Indochina.

1. Desafios e conflitos no solo africano

Quando eclodiu o conflito, a maioria do continente encontrava-se sob domínio dos aliados (França, Grã-Bretanha). A Espanha, que ficara exangue com a guerra civil, não participou nos combates, e a Guiné Equatorial, o seu único território na África Negra, era demasiado pequena para excitar qualquer cobiça. Igualmente neutros eram Portugal, e, em teoria, a Bélgica, próxima dos aliados, bem como a Itália, próxima da Alemanha. Contrariamente ao que se passara no conflito precedente, a África parecia poder ser poupada das batalhas.

Os desafios

Desde o início da guerra, mas mais ainda a partir de junho de 1940, conjugaram-se os fatores que iriam levar a África a entrar na guerra ao mesmo nível que a Europa. Aliás, o vasto projeto hitleriano incluía o continente nos seus cálculos: a parte setentrional deveria ser confiada aos aliados italianos, já presentes na Líbia, ao passo que a Alemanha pretendia reservar para si a África Negra, onde esperava construir um vasto império, do Atlântico ao Oceano Índico, e até à União Sul-Africana, que deveria voltar às mãos dos afrikaners. Ressurgia o mito da grande *Mittelafrika*.

Com efeito, desde o “recrudescer dos perigos”, os alemães tinham encontrado aliados potenciais nos afrikaners. Estes, em meio às rivalidades e às incessantes tensões com a comunidade “britânica”, sempre se tinham mostrado sensíveis à propaganda alemã que exaltava a sua origem comum. Além disso, a política de segregação racial que tinha nos afrikaners os mais ardentes adeptos, articulava-se em muitos pontos com o discurso hitleriano. Numerosas organizações

fascistas haviam surgido na África do Sul: a Liga Fraternal (*Broederbond*), fundada em 1918 e que se mantivera clandestina até 1924, os Camisas Cinzentas (*Greyshirts*), o Movimento Pagão Nacional-Socialista Sul-Africano (*South African Gentile National Socialist Movement*), a Nova Ordem (*New Order*) e, sobretudo, a célebre *Ossewabrandwag* (Sentinelas do Carro de Bois). Mas os democratas-liberais acabaram por levar a melhor: em 1939, o gabinete de J. B. M. Hertzog, dividido, foi levado à demissão pelo regresso em força de Jan Smuts, que se tornou um dos principais conselheiros do primeiro-ministro britânico Winston Churchill. Para os britânicos, foi um imenso alívio: a África do Sul, situada na rota da Ásia, representava uma escala estratégica.

A entrada na guerra da Itália de Mussolini em junho de 1940 deu origem a um novo ponto de tensão: para lá da África do Norte – onde se encontravam face a face os franceses na Argélia, os italianos, e depois os alemães com o *Afrika Korps* do general Rommel na Líbia, e os britânicos no Egito –, os italianos estavam presentes no continente africano desde a recente conquista da Etiópia. Ora, o *negus* Hailé Selassié e o seu governo no exílio em Londres esperavam aproveitar o conflito para reconquistar o país.

Um dos principais problemas com que a África se viu confrontada no início da guerra proveio da capitulação da França, ocupada parcialmente pela Alemanha. O governo de Vichy encetou uma política de colaboração com a Alemanha, num momento em que, na sombra, se constituía já um movimento de resistência. Esta situação fazia incidir uma pesada incerteza sobre as colônias francesas da África: neutralidade real, colaboração com a Alemanha, integração, como “postos de vanguarda” numa estratégia de conquista do continente pela Alemanha, adesão à “França Livre”? Os cenários possíveis eram numerosos e os desafios, de monta. Entre os primeiríssimos partidários da resistência estavam os deputados negros do Senegal, da Martinica e da Guadalupe. Já em 22 de abril de 1940, Galandou Diouf escrevera no *Paris-Soir*:

A França é a nossa mãe, cantam os meninos negros da África, que aprendem também nos seus manuais de história que os nossos antepassados gauleses tinham olhos azuis e compridos cabelos louros.

Os dos Camarões e do Togo, cujos pais sofreram a ocupação da vossa raça, senhor Hitler, senhor Goebbels, nunca admitiram que a Alemanha fosse sua mãe, nem que descendiam dos germanos. [...]

Todos esses benefícios [da França], são coisa que o povo negro não pode esquecer e por isso é que, às centenas de milhar e em breve aos milhões, os nossos atiradores senegaleses juntarão a sua juventude e a sua força, à vossa, camponeses, operários, burgueses de França.

Eis o que eu queria responder, eu, representante negro de uma raça inumerável de negros, à propaganda venenosa dos nazistas. Uma raça branca? Uma raça negra? Talvez, mas também homens, franceses unidos para a defesa do mesmo ideal e de uma pátria amada, que estende o seu gênio protetor sob todos os céus por todo o vasto universo.

A adesão dos territórios franceses e belgas

Ao dar-se a capitulação da França (22 de junho de 1940), os administradores franceses da África, não sem algumas hesitações, tomaram o partido de seguir o governo oficial do marechal Pétain. Pierre Boisson recebeu o encargo de governador-geral de um vasto conjunto que agruparia a África Ocidental Francesa e a África Equatorial Francesa. Mas, para o general de Gaulle, chefe da "França Livre", país sem território, as colônias da África representavam a base necessária sobre a qual se poderia apoiar para se lançar à reconquista do país ocupado. Como primeiro alvo, escolheu a África Equatorial Francesa, que se tornara vulnerável por sua ligação ao longínquo comando de Dacar, alternando assaltos diplomáticos e ataques militares (documento 90). A sua estratégia veio a confluir com as opções adotadas pelo governador do Chade, Félix Éboué, negro originário da Guiana: em agosto de 1940, este aderiu à "França Livre", antes de ser nomeado governador-geral da África Equatorial Francesa, primeiro negro a ocupar um posto tão elevado na administração colonial francesa. Em 1941, Brazzaville foi designada capital da "França livre": nunca as colônias da África tinham assumido tal importância.

A adesão da África Ocidental Francesa veio a ser uma tarefa mais árdua e mais longa: Pierre Boisson, homem de princípios, resistiu tanto aos argumentos como aos ataques, em especial o conduzido pelo general de Gaulle em pessoa de 22 a 25 de setembro de 1940, tanto mais quanto o porto de Dacar representava um trunfo a disputar na batalha do Atlântico. Só tardiamente - na sequência do desembarque anglo-americano na África - veio a reconsiderar a sua posição. Quanto a Madagascar, o seu afastamento parecia que haveria de relegá-lo para um papel marginal. Contudo, a entrada na guerra do Japão, em 1941, e a extensão do conflito ao Extremo-Oriente, colocou-o de súbito no cerne das operações, na rota da Ásia, em pleno Oceano Índico, cujas águas os Aliados esperavam efetivamente vedar às forças armadas nipônicas. Travaram-se pois violentos combates na ilha, entre os britânicos, que haviam decretado o seu bloqueio, e as tropas francesas fiéis a Vichy: foram necessários longos meses para integrar Madagascar na "França Livre", que foi encontrar um país à beira da asfixia econômica.

A adesão das colônias francesas da África às forças do general de Gaulle representou para os Aliados uma grande vitória tanto estratégica como psicológica. Evitou às tropas coloniais confrontos que poderiam ter sido muito mais sangrentos. Permitiu ao general Leclerc conduzir a sua divisão através do deserto, através do Chade (Fort-Lamy, Faya-Largeau), para apanhar os italianos e os alemães pela retaguarda na Líbia, de modo que, em 1943, o Mediterrâneo foi arrancado aos alemães. O Chade serviu de rota de passagem para a aviação e para os exércitos que se dirigiam para leste. Por fim, os franceses, resistentes ativos ou partidários ocultos da "França Livre", beberam nas notícias vindas do ultramar a energia necessária à luta.

Documento 90: A Segunda Guerra Mundial na África Negra, marcos cronológicos

1939	4 set.	- J. B. M. Hertzog proclama a neutralidade da África do Sul no conflito.
	5 set.	- Jan Smuts forma um novo governo na África do Sul e declara a guerra à Alemanha.
1940	22 jun.	- Capitulação da França. Desmilitarização da fronteira nigerolíbia.
	julho	- Ataque italiano à Somália Britânica.
	8 julho	- Ataque inglês a Dacar.
	13 ago.	- René Pleven e o capitão Leclerc são enviados a Lagos para obter a adesão da AEF à "França Livre".
	26 ago.	- Adesão do Chade, sendo Félix Éboué governador, e adesão do Níger.
	27 ago.	- Tomada de Duala e adesão dos Camarões franceses.
	28 ago.	- Rebelião em Brazzaville e adesão do Congo francês.
	31 ago.	- Tomada de Pointe-Noire. Adesão do Ubangui-Chari.
	24 set.	- Ataque anglo-gaullista a Dacar.
	10 nov.	- Ataque a Libreville.
	14 nov.	- Adesão do Gabão.
1941		- Ataques anglo-gaullistas a Dacar.
	janeiro	- Entrada das tropas Aliadas na Etiópia.
	5 abr.	- Tomada de Addis Abeba pelos aliados.
	20 mai.	- Fim da campanha britânica na Etiópia.
1942	5 mai	- Desembarque britânico em Diego-Suarez (Madagascar).
	14 set.	- Desembarque anglo-sul-africano em Majunga (Madagascar).
	5 nov.	- Capitulação de Madagascar.
	7 dez.	- Adesão total da AOF.
1943		- Ocupação da Somália francesa pelos Aliados.
1944	30 jan.	- Abertura da Conferência de Brazzaville.
	20 fev.	- Motins em Lulu burgo.
1945		- Motins em Thiaroye. Greve em Duala. Motins agrários no Buganda.

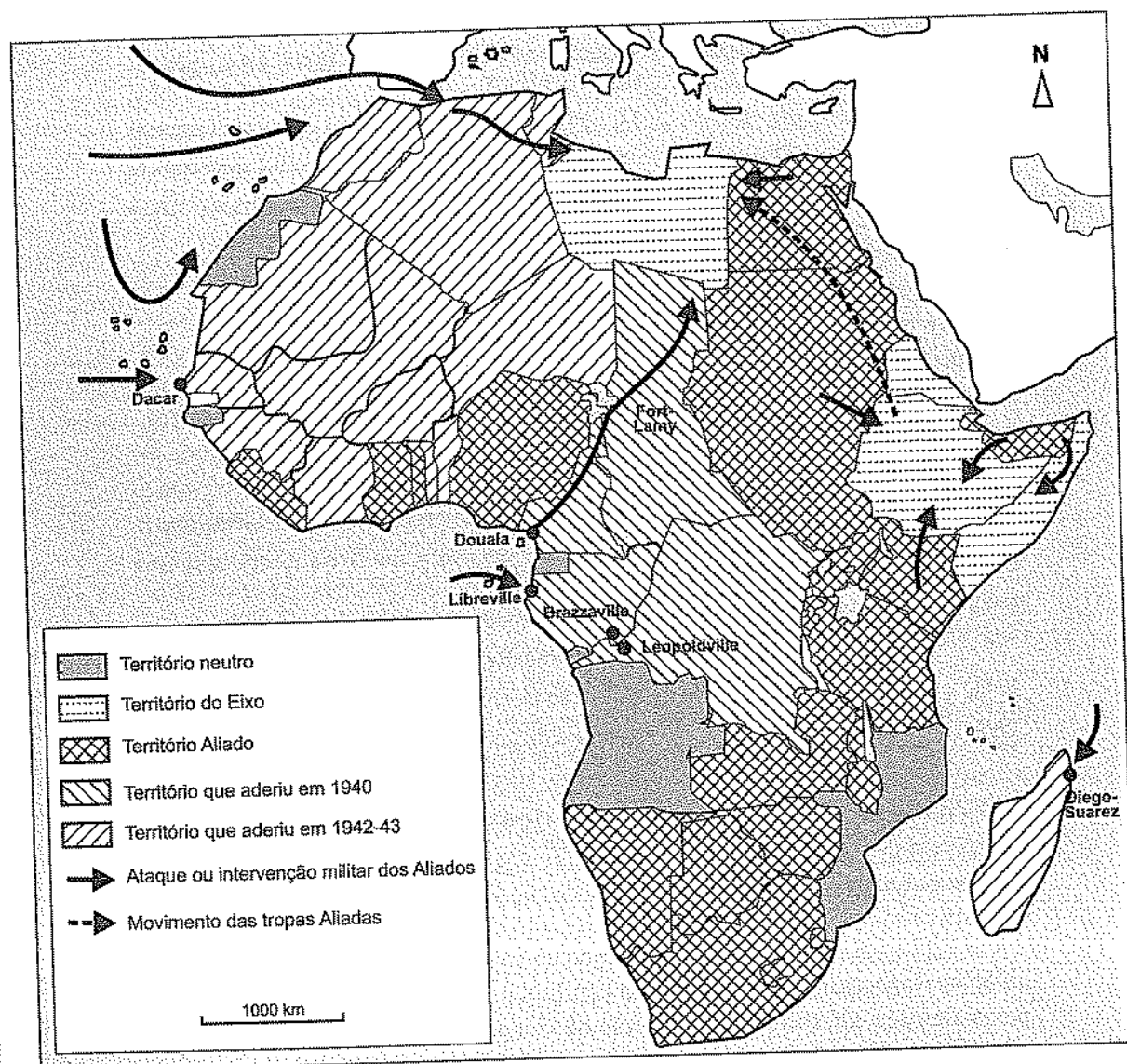
Fonte: cronologia estabelecida por Sophie Le Callenec.

A situação no Congo belga esclareceu-se mais rapidamente do que a das colônias francesas. Logo no início do conflito, a Bélgica fora invadida e ocupada pelos alemães. Oferecer a contribuição do Congo, como acontecera na Primeira

Guerra Mundial, era o único meio de prosseguir a luta e testemunhar aos Aliados uma vontade de cooperação. Pierre Ryckmans, governador-geral, compreendeu isso muito bem e declarou em junho de 1940:

O Congo Belga, na guerra atual, é o bem mais importante da Bélgica. Está inteiramente à disposição dos Aliados e, através deles, à disposição da mãe pátria. Se ela tiver necessidade de homens, dar-lhos-á; se tiver necessidade de trabalho, o Congo trabalhará para ela.

Documento 91: A África na Segunda Guerra Mundial



A batalha da África Oriental

Em face das lutas surgidas no continente africano, excetuando a África do Norte, a campanha da Etiópia apresenta-se como a mais longa e a mais brutal. Os italianos procuraram defender a todo o custo a sua colônia, principal bastião de um império quase imaginário. Receberam a ajuda preciosa de numerosos etíopes, hostis ao *negus* e ao seu regresso, como, por exemplo, o ras Hailu e o intelectual Afã-Wärq, bem como de rebeldes e de bandidos que, aproveitando-se dos combates, se entregaram com toda a impunidade a frutuozas razias, gerando assim uma desordem considerável que retardou o avanço dos Aliados. Mas a Etiópia foi cercada por todos os lados, tendo os britânicos atacado pelas Somálias e cortado o acesso ao mar, os sul-africanos penetrado pelo Quênia e as tropas do *negus* avançado a partir do Sudão. A campanha etíope assemelhou-se mais a uma corrida de perseguição do que a uma verdadeira guerra: os italianos tinham adotado o objetivo de se manter no país, mesmo sem poder real, a fim de conservarem as suas colônias nas negociações globais para a paz. Mas, em finais de 1941, tiveram de assinar a rendição. Esta vitória permitiu à Inglaterra concentrar o seu esforço militar na África do Norte.

2. A contribuição econômica

As repercussões econômicas da Segunda Guerra Mundial assemelham-se em muitos pontos às da Primeira: punção de mão-de-obra pelos recrutamentos; desorganização das administrações, das empresas e da economia rural; bloqueio marítimo, ruptura do tráfico comercial, perda de escoadouros para os produtos africanos e carência de produtos manufaturados; peso da procura europeia – terminado o bloqueio – e pressão sobre uma sociedade à qual faltavam braços... A situação apresentava no entanto contrastes: o bloqueio foi parcial, e seguidamente ineficaz a partir de 1941; as políticas coloniais diferiam de império para império; e, por último, as produções resistiram de forma diversa ao bloqueio e, seguidamente, à pressão da procura.

É incontestável que a agricultura foi o setor que mais sofreu com o bloqueio. No Senegal, por exemplo, os pequenos produtores de amendoim, que já não encontravam compradores para as suas colheitas, não conseguiam adquirir o arroz importado, base da sua alimentação. *A contrario*, a procura de produtos de subsistência, a partir de 1941, pesou enormemente na maior parte do continente. Dois exemplos são disso testemunho: depois de se ter juntado à "França Livre", Pierre Boisson levou a cabo uma política de intensificação da produção, destinada a abastecer as forças aliadas; no Congo belga, o preço dos gêneros alimentícios baixou, de tal forma que, em 1944, um produtor da região de Jadotville (Likasi) era obrigado vender 430 kg de milho (em lugar de 190 kg em 1938) para pagar os seus impostos e comprar o estrito necessário. A estrutura da procura expressa pela Europa alterou-se. Em certas regiões da África, as reconversões operaram-se

espontaneamente, como aconteceu na Guiné Espanhola, que privilegiou o café em detrimento do cacau. Noutras, foram impostas pela administração colonial, como, por exemplo, na África Ocidental britânica, região onde a política intervencionista endureceu (fixação dos preços, determinação das quotas) e nas colônias francesas, onde houve plantações autoritariamente destruídas a fim de se impor o fim de determinadas culturas. A produção agrícola conheceu pois um aumento quase geral na África. Embora, no essencial, os lucros revertessem para as metrópoles, alguns africanos souberam tirar partido da situação. Foi o que se deu, por exemplo, no Quênia, país onde, a favor da crise dos anos 1930, surgiu uma classe de pequenos produtores "nativos", a qual beneficiou da fixação dos preços mínimos e da aparição de um mercado negro.

Em torno da produção mineira teceu-se um desafio considerável. O avanço das tropas alemãs na Europa congelara uma parte do potencial aliado. Ao mesmo tempo, as necessidades da indústria do armamento obrigavam a procurar novas fontes de abastecimento, nomeadamente na África do Sul, no sudoeste africano, no Congo belga, em Angola e nas duas Rodésias, bem como na Gold Coast, na Nigéria e na Serra Leoa. Enquanto a produção de minerais de luxo (ouro e diamantes para joias) sofria uma baixa, a dos minerais úteis em tempo de guerra – diamantes industriais, urânio e cobalto, em especial – expandia-se. Regiões mineiras já antigas conheceram assim uma fase de retomada, como, por exemplo, a Rodésia do Norte no que se refere ao cobre ou a Nigéria no que diz respeito ao estanho, minerais que era difícil encontrar desde a invasão da Indonésia e da Malásia pelo Japão; foram abertas à exploração novas minas, nomeadamente no Congo belga (cobre e urânio) e na Gold Coast (bauxita). Globalmente, a parte da África na produção mineira mundial aumentou para os produtos já citados, mas também para o carvão, o zinco, o chumbo, a prata, o cromo, o vanádio, o amianto e o indispensável manganês, necessário ao fabrico do aço.

O balanço deste desenvolvimento da produção não é linear. As minas africanas permitiram o abastecimento regular dos Aliados, contribuindo assim para a sua vitória final; em especial, o urânio do alto Catanga, no Congo belga, tornou possível o fabrico da primeira bomba atômica. O acréscimo da produção ajudou as colônias a sair definitivamente da crise econômica dos anos 1930, mas contribuiu para aumentar o desequilíbrio das trocas, confirmando as colônias no seu papel de fornecedoras de matérias-primas. É certo que alguns territórios como a África do Sul, a Rodésia do Sul e a Gold Coast diversificaram a sua produção e, notadamente no caso da África do Sul, conseguiram implantar um processo de industrialização para o tratamento desses minerais. Outros, como a Rodésia do Norte, para o cobre, ficaram concentrados na produção de um único mineral. Mas, sobretudo, na maioria dos casos, pode falar-se de um "crescimento sem desenvolvimento": desequilíbrios econômicos persistentes, dependência externa, poder de compra precário.

B. Crepúsculo do homem branco

Alguns historiadores interrogaram-se sobre "o mito da guerra como virada decisiva". Contudo, todos são hoje unânimes em considerar que a Segunda Guerra Mundial foi um momento crítico de aceleração das reivindicações africanas e de ascensão do movimento de libertação.

I. *Imagens, representações, esperanças e decepções*

Tal como no conflito anterior, a Segunda Guerra Mundial provocou efeitos contraditórios, reforçando as esperanças dos africanos e a sua colaboração no sistema colonial e, ao mesmo tempo, arruinando a imagem de superioridade e de invencibilidade dos brancos, dando origem a desilusões e provocando uma rejeição profunda e duradoura da colonização.

Imagens e representações

Tal como durante os anos de 1914 a 1919, a Segunda Guerra Mundial contribuiu para pôr em causa a supremacia dos brancos, tendo as respectivas causas sido semelhantes: oposição entre "bons" e "maus" brancos; participação de negros nos combates, nas mesmas fileiras que os europeus e contra europeus etc. Além disso, este conflito era mais do que uma simples guerra entre países: assumia um aspecto ideológico e sobretudo racial. O antissemitismo destruidor dos nazistas enfraquecia a ideia de uma superioridade universal dos brancos, princípio de base no qual assentava o sistema colonial. Presente na Nigéria nos anos 1940, Sylvia Leht-Ross explica:

A massa das pessoas via ainda a raça branca como um todo, unido pela cor, a educação, a religião. [...] Sempre que acusávamos a Alemanha ou a França de Vichy, acusávamo-nos a nós próprios.

Os acidentes da guerra contribuíram para deteriorar a imagem da Europa: a Bélgica, invadida, mostrava-se incapaz de se defender; a França, ocupada, traía-se a si própria por colaborar com o inimigo e a divisão entre dois governos que se proclamavam ambos "legítimos" abria o caminho para o questionamento de toda e qualquer administração; o marechal Pétain, herói da Primeira Guerra admirado por inúmeros atiradores, era então acusado de traição; por último, e sobretudo, as derrotas britânicas no Pacífico e no Oceano Índico e o avanço esmagador dos japoneses representavam uma vitória flagrante de um povo de "cor" sobre os brancos, que se dizia serem invencíveis. Além disso, o "crepúsculo" do homem branco que assim se iniciava veio a ser precipitado por falsas esperanças e por promessas feitas aos africanos, as quais nunca foram cumpridas.

Esperanças

Muitos foram os africanos que esperavam negociar a sua lealdade durante a guerra, apesar das desilusões que se seguiram à Primeira Guerra Mundial. Mas a situação evoluíra muito. Durante a Primeira Guerra Mundial, alguns africanos tinham podido esperar um total regresso ao passado, que, pura e simplesmente, apagasse a colonização. Nos anos 1940, esse regresso ao passado parecia quase impossível. A melhor estratégia nesses anos de conflito parecia pois para muitos a “colaboração” com os europeus.

Nas colônias francesas que tinham aderido a Vichy, houve africanos que participaram na resistência, e houve-os até que passaram a fronteira para se juntarem às FFL (Forças Francesas Livres) e aos Aliados. Na África do Sul, a maioria dos negros e dos seus representantes apoiou o governo no seu combate junto dos Aliados: as semelhanças entre as leis raciais do país e as da Alemanha nazistas davam-lhes a esperança de que combatendo estas levariam aquelas a cair. Em troca da sua cooperação, o ANC tinha pois “pedido respeitosamente ao governo da União que anulasse todas as leis discriminatórias” (dezembro de 1939), e Margaret Ballinger, uma dos dois representantes das populações negras no Parlamento, fizera as seguintes perguntas:

Se combatermos por vós nesta guerra, será que vamos recuperar os direitos que perdemos? Vamos recuperar o direito de voto? Vamos recuperar o direito de comprar terras?

Como Blaise Diagne proclamara vinte e cinco anos antes, no contexto francês, o ANC pediu que os negros fossem alistados no exército ao mesmo título que os brancos: tratava-se de obter uma igualdade de estatuto na prática antes de a inscrever no direito.

A elite, muito em especial, esperava que o seu apoio aos colonizadores recebesse em troca uma justa recompensa, tanto mais quanto tinha o sentimento agudo de que a guerra era um “assunto dos brancos”, como escreveu na época Kwame Nkrumah:

Falais de escolher entre os britânicos e os alemães. Para o verdadeiro renascimento da África, não há escolha possível. Por que razão deveríamos escolher entre a barbárie impiedosa dos nazistas e a exploração e a dominação frias, auto-suficientes e sem coração com as quais os britânicos têm vindo a sujeitar o nosso povo há tantos anos? Não! O nosso dever é construir, não de escolher mas de proceder à unificação e ao desenvolvimento, de modo a que, independentemente de quem saia vencedor desta guerra, quem quer que queira explorar e manter um império, sejam os britânicos, ou sejam os alemães, ou seja quem for, venha encontrar um inferno vivo na África. (Citado por J. M. Akita (ed.), *Commission on Kwame Nkrumah Papers*, Acra, 1965).

De fato, a guerra marcou uma etapa determinante na tomada de consciência política na África. Nesse despertar, os Estados Unidos e a URSS desempenharam

indiretamente um papel importante. A guerra e sobretudo as negociações de paz erigiram esses dois países em “grandes potências”; ora, ambos, por razões ideológicas, políticas e estratégicas diferentes, se opunham firmemente à colonização. Participaram na difusão das ideias anticolonialistas e suscitaram, nos povos colonizados, a esperança de serem encorajados e apoiados na sua marcha para a liberdade.

Este anticolonialismo levou imperceptivelmente os europeus a encararem com novos olhos essa dominação que julgavam incontestável. A Grã-Bretanha já experimentara o *self-government* nas suas colônias “brancas” – o Canadá, a Austrália, a Nova-Zelândia e a África do Sul – no seio da Commonwealth (Estatuto de Westminster, 1931). Nos anos 1930, fora proposto à Índia um estatuto análogo. Durante a guerra, os britânicos empreenderam na África algumas reformas nos domínios económico e social, mas também político. O processo de reflexão e de alteração foi encetado mais tarde e mais lentamente no império francês. A nomeação de Félix Éboué como governador da África Equatorial Francesa, em Novembro de 1940, suscitou esperanças. Na esteira dos administradores franceses adeptos da *Indirect Rule* e de um certo paternalismo, recomendou aos funcionários coloniais que concedessem mais responsabilidades aos chefes tradicionais e que, inclusive, lhes manifestassem mais respeito.

Desde já quero assinalar que, apesar dos progressos económicos, subsistem uma família, uma sociedade e instituições políticas autóctones e que respeitá-las, promovê-las até, é a única hipótese de garantir a ordem natural e de preservar a própria vida dos homens. Os indígenas, também eles, têm uma pátria e essa pátria é simbolizada e mantida pelas instituições políticas, mesmo quando são rudimentares. Até os abusos de um chefe legítimo são preferíveis à ausência de chefe, já que os seus súditos, ao obedecer-lhe, reconhecem que estão na sua terra. [...] Temos, pois, de conceber que não trouxemos o talismã universal infalível que bastaria aos indígenas tocar para lhes assegurar a felicidade. Pelo contrário, havemos de os levar a extrair das suas próprias terras, das suas cabanas ou das suas tendas, dos seus costumes e dos seus chefes, a confiança na vida e o gosto pelo progresso. (Circular de Félix Éboué, 1942).

A longo prazo, a “soberania” francesa não podia ser garantida exclusivamente por intermédio da autoridade. A ação de Félix Éboué à frente da África Equatorial Francesa durante a guerra foi marcada por quatro reformas de monta: limitação do trabalho forçado; criação de um estatuto para os “notáveis evoluídos”, que assim saíam do indigenato (isenção do trabalho obrigatório, benefícios fiscais etc.); atribuição a africanos de certos cargos administrativos, até então reservados aos europeus; elevação de várias aglomerações africanas – Fort-Lamy, Libreville e Baongo, um bairro de Brazzaville – ao estatuto de “comunas”.

Por último, havia declarações de intenção que pareciam confirmar as esperanças. Em agosto de 1941, Winston Churchill e Franklin D. Roosevelt assinaram a Carta do Atlântico que especificava notadamente:

[Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha] respeitam o direito de todos os povos de escolher a forma de governo sob o qual querem viver, e desejam ver restabelecidos os direitos soberanos e de auto-determinação de quem deles foi expropriado pela força [...]; esperam ver estabelecer-se uma paz que conceda a todas as nações os meios de viver em segurança no interior das suas próprias fronteiras, e que lhes dê a garantia de que todos os homens de todos os países possam viver em plena liberdade, sem temores nem necessidades.

Este texto fora redigido a propósito dos países invadidos pela Alemanha; mas, alguns dias após a assinatura da Carta, num encontro com a *West African Student Union*, Clement Attlee, chefe do gabinete-fantasma trabalhista, acrescentava o seguinte comentário:

Não encontrareis nas declarações que foram feitas em nome do governo do nosso país uma única insinuação segundo a qual a liberdade e a garantia social pelas quais nos batemos poderiam ser recusadas a qualquer raça da humanidade.

A hora das desilusões

As reformas iniciadas ficavam bastante aquém das esperanças e das expectativas da África: os anos de guerra e os que se lhes seguiram são a história de um vasto mal entendido entre colonizadores e colonizados. Os europeus só viam nas suas colônias os baluartes de um prestígio carcomido e de uma potência decadente: "Não sou primeiro-ministro do rei para presidir à liquidação do império", declarou Winston Churchill em Novembro de 1942. Os seus impérios respectivos conferiram à Grã-Bretanha e mais ainda à França o peso necessário para se sentarem à mesa das negociações de paz. Paralelamente, as potências coloniais concediam às suas colônias reformas de reduzido alcance, mas com o sentimento de darem mostras de grande generosidade. O despertar a que se assistia na África obrigava os europeus a regatear a calma: neste particular, os ingleses eram mais hábeis do que os franceses ou os belgas. Mas os africanos queriam mais: durante o conflito, haviam franqueado o limiar que separa a esperança de progresso da vontade de obter uma mudança radical.

Símbolo dessa decepção e dessa incompreensão, muitas foram as transformações que se fizeram na letra mais do que no fundo. Na França, a expressão de "território do ultramar" substituiu o de "colônia"; o "indígena" cedeu o lugar ao "autóctone". Na Grã-Bretanha, passou a falar-se de "parceria" e de "responsabilidade das populações por elas mesmas". Os africanos colocados em postos-chave (nomeadamente na Nigéria e nas outras colônias britânicas) não tinham sido escolhidos pelos seus semelhantes, antes haviam sido designados pelas engrenagens da administração, muitas vezes em virtude da sua "lealdade" e da sua moderação. A criação de novos estatutos abrangia pouca gente. Muitas iniciativas rapidamente se esgotaram: o movimento de reformas lançado por Félix Éboué deteve-se logo em 1943.

A célebre Conferência de Brazzaville situa-se decididamente nessa cadeia de mal-entendidos e testemunha o fosso crescente entre colonizadores e colonizados. É interessante notar que este acontecimento, que é célebre, mas, de fato, mal conhecido, é objeto de um mito, como aconteceu com a Conferência de Berlim, mito que lhe confere um peso, um alcance e um significado muito diferentes da realidade.

Respeitando a tradição de eventos como as grandes conferências imperiais e outras exposições coloniais, o general de Gaulle decidiu, no fim da guerra, reunir uma conferência, concebida e organizada por René Pleven, comissário para as colônias da "França Livre". Visavam-se dois objetivos: afirmar o domínio francês sobre o seu império face às manobras anticoloniais americanas e certificar que a participação dos povos colonizados na "libertação nacional" seria tomada em consideração. Em torno do general de Gaulle, que só esteve presente durante dois dias, de Félix Éboué, o anfitrião, e de diferentes personalidades, o encontro reuniu os governadores e grandes administradores da África francesa: como seria de esperar, nenhum africano foi convidado a participar nos trabalhos. Os "evoluídos" foram os únicos que puderam transmitir as suas reivindicações por intermédio de Félix Éboué. Logo na abertura, por René Pleven, o discurso mostrou-se arcaico, centrado sobre a França, cuja "missão civilizadora" recordava:

Prosseguiremos simplesmente as grandes tradições coloniais da França, a dos grandes homens a quem o país deve o seu império. [...] A vossa presença [...] permite-nos fazer desta conferência africana francesa aquilo que queremos que seja antes de tudo: a afirmação da nossa fé na missão da França na África, da nossa convicção de que os franceses encerram em si a aptidão, a vontade e a força de a levar a bom porto, em resumo, a afirmação da nossa vontade de tomarmos sobre nós e sobretudo sem as partilhar com nenhuma instituição anônima, as imensas mas exaltantes responsabilidades que são as nossas para com as raças que vivem sob a nossa bandeira.

O mito criado em torno de Brazzaville deriva em parte desta pequena frase do general de Gaulle, pronunciada na sua alocução de boas-vindas:

Na África Francesa, tal como nos outros territórios onde vivem homens sob a nossa bandeira, não haveria nenhum progresso que fosse progresso, se os homens, na sua terra natal, dele não tirassem proveito moral e materialmente, se não pudessem elevar-se pouco a pouco até ao nível em que serão capazes de participar, na sua terra, na gestão dos seus próprios assuntos. É dever da França providenciar para que assim seja. Tal é a meta para a qual devemos dirigir-nos. Não nos dissimulamos a extensão das etapas.

Não havia a mínima referência à independência das colônias africanas. As reformas encaradas eram importantes, principalmente nos domínios sociais. Mas a condição prévia da recomendação votada pela Conferência não deixava lugar para qualquer diálogo:

Os fins da obra de civilização levada a cabo pela França nas Colônias afastam qualquer idéia de autonomia, qualquer possibilidade de evolução fora do bloco francês do império: é de excluir a eventual constituição, mesmo longínqua, de *self-governments* nas colônias.

2. A cólera

Os africanos que mais tinham sofrido na guerra, que tomavam consciência do crescente defasamento entre as suas aspirações e o projeto europeu, e que, nos anos de guerra e do imediato pós-guerra, experimentavam a desilusão, em breve fizeram ouvir as suas vozes. Houve assim importantes movimentos nas populações de Angola e do Congo belga, nos anos 1940. Em 1944-1945, sinal característico desta decepção do pós-guerra, multiplicaram-se os movimentos de revolta entre os soldados e os antigos combatentes. Esses movimentos eram especialmente notáveis na medida em que testemunharam uma mudança de atitude nos africanos e uma mudança de época.

Uma das insurreições mais célebres foi a de Thiaroye no Senegal (30 de novembro de 1944). Os "atiradores" tinham múltiplas razões para se revoltarem: soldos e prêmios de desmobilização em atraso, mas igualmente as condições de detenção nos campos alemães, o trabalho forçado durante a guerra, o regresso tardio à África após a libertação, a falta de consideração por parte da administração militar, os constantes adiamentos no pagamento do que lhes era devido, o receio de terem de se desfazer das divisas de que dispunham etc. Enquanto, no fim da Primeira Guerra Mundial, os movimentos do mesmo tipo se tinham limitado a simples protestos, os acontecimentos de Thiaroye redundaram numa verdadeira revolta. Em primeiro lugar, esses soldados tinham clara consciência de terem cumprido o seu "dever" para com a França e de merecerem o seu reconhecimento; por outro lado, julgavam que o país não cumpria os seus compromissos, o que punha em causa o "pacto colonial". Paralelamente, a vida dos soldados no exército e os contatos que nele tinham tido com franceses tinham-lhes conferido maiores esperanças e novas ambições; já não queriam voltar a ocupar o lugar que era o deles antes do conflito. Ora, a Conferência de Brazzaville parecia ter anunciado um futuro melhor de que se viam já privados. Além disso, pela primeira vez na história colonial, os soldados africanos reclamavam a igualdade com os soldados franceses e pediam que o seu soldo e sobretudo os seus subsídios de desmobilização fossem iguais aos dos franceses.

A insurreição de Thiaroye alicerçou-se numa notável solidariedade: conscientes da força que representavam, os insurrectos recusaram deixar-se dispersar enquanto não lhes fosse pago o soldo; com efeito, se é certo que os "cidadinos", que, na sua vida quotidiana, estavam próximos da administração colonial podiam esperar recuperar o seu dinheiro, os "rurais", quanto a eles, não

tinham qualquer esperança de ver o seu pedido satisfeito, uma vez regressados a casa. A união numa frente comum prefigurava já as alianças necessárias à futura marcha para a independência. Por último, a repressão exercida pelo exército e pela administração francesa (35 mortos, mais 35 gravemente feridos e 15 insurrectos condenados) demonstra a incapacidade de a colonização compreender as mudanças que se perfilavam no horizonte e sobretudo de se adaptar a elas.

A insurreição de Thiaroye serviu de apoio à tomada de consciência nascente na África: erigida por seu turno em símbolo, e em mito, apropriada pelos homens políticos senegaleses, Lamine Guèye e Léopold Sédar Senghor, para se tornarem um verdadeiro cavalo de batalha, regularmente comemorada, tornou-se também um dos eventos fundadores do nacionalismo nascente, nomeadamente graças ao talento poético de Léopold Sédar Senghor:

Não, não morrestes de graça, ó Mortos! O sangue não é água morna.
Rega espesso a nossa sede, que florescerá ao crepúsculo.
É a nossa sede, a nossa fome de honra, essas grandes rainhas imperantes.
Não, não morrestes de graça. Vós sois os testemunhos da África imortal.
Vós sois os testemunhos parturitários do mundo novo que será amanhã.
(*Hosties Noires*, Paris, Editions du Seuil, 1948).

Mas Thiaroye não foi um acontecimento isolado, muito pelo contrário: houve outras insurreições, motins que foram investidos com a mesma carga simbólica, nomeadamente nas colônias britânicas, no Congo belga (insurreição da Força Pública em Luluabourg, em fevereiro de 1942) e ainda entre os negros que se encontravam instalados na Europa (Morlaix, Saint-Raphaël e Antibes, na França, Monshire, perto de Liverpool). Em 1948, a comissão enviada à Gold Coast para analisar a situação quase insurrecional entre os antigos combatentes chegou à seguinte conclusão:

O elevado número de soldados africanos que deixaram o exército, onde tinham vivido de forma diferente e melhor, esteve na origem de uma agitação geral e contagiosa. Estes africanos, devido aos seus contatos com outros povos, incluindo europeus, tinham adquirido uma consciência política e nacional. Desiludidos com a situação que encontraram ao regressarem a casa, tornaram-se o ponto de convergência de um movimento geral contra a autoridade, quer porque lhes tivessem feito promessas enganadoras, quer porque estavam à espera da idade de ouro reservada aos heróis.

Mesmo no Congo belga, onde as elites eram tão escassas e tão bem controladas pela colonização, a guerra levou alguns africanos a fazer brutalmente a pergunta: "Qual será a nossa posição no mundo de amanhã?", título de um artigo retumbante do escritor Paul Lomami-Tshimbaba, publicado em *La Voix du Congolais*, em março de 1945.

3. De Nova Iorque a Manchester: o regresso do pan-africanismo

Durante o conflito e imediatamente a seguir, vários grupos pan-africanos existentes no solo americano intensificaram as suas atividades e desempenharam um papel nada desprezível de grupos de pressão junto das Nações Unidas recentemente constituídas. O Conselho dos Assuntos Africanos (CAA), em especial, reestruturado em 1941, empreendeu várias ações: concentrações e reuniões a partir de 1942; encontros com o presidente Roosevelt, cuja administração contava, pela primeira vez nos Estados Unidos, um número tão elevado de intelectuais negros que se falou de "brain-trust negro"; publicações, edição de um mensário, *New Africa*; petições apresentadas às convenções dos partidos republicano e democrata – a associação conseguiu obter o apoio de um número cada vez maior de militantes – incluindo brancos – e até a dispor de um posto de observador permanente na ONU. Na linha do anticolonialismo americano, mas sem a moderação política dos governantes, o CAA exprimia ideias bastante radicais: condenação definitiva da colonização, quer econômica, quer política, vontade de levar a América a cumprir os seus deveres para com os povos oprimidos:

O prosseguimento de uma prática de intervenção no sentido do imperialismo e do feudalismo e contra os povos colonizados ou semi-colonizados que se batem para alcançar a liberdade e a democracia fez e faz ainda da América um objeto de ódio e de temor no espírito de centenas de milhões de pessoas na parte dominada do mundo. (*New Africa*, Janeiro de 1946).

Multiplicando os contatos com o ANC, o CAA orquestrou uma vasta campanha contra a política segregacionista da África do Sul e recolheu dinheiro e víveres encaminhados para o continente, com vista a lutar contra a fome de que os negros sofriam na sequência da guerra.

Foi igualmente nos Estados Unidos que surgiu, em 1941, a ASA (Associação dos Estudantes Africanos): sob o impulso de Kingsley Ozuomba Mbadiwe, estudantes vindos da Gold Coast, do Uganda, da Nigéria agruparam-se para agirem como porta-vozes do continente africano. No seu livro *British and Axis Aims in Africa*, publicado em 1942, Mbadiwe denunciava o colonialismo no seu princípio mesmo. A associação deu a saber com veemência o seu descontentamento quanto à não aplicação da Carta do Atlântico no seio do império britânico e quanto à morna reação dos Estados Unidos. Em 1942, Kwame Nkrumah foi eleito presidente da ASA e reforçou o discurso pan-africano:

A causa dos africanos é por todo o lado solidária da causa de todos os povos do mundo, descendentes dos africanos. [...] Unidade, liberdade, independência, democracia – tal deverá ser a nossa palavra de ordem, o nosso ideal. [...] Chegou o momento de nos recordarmos da nossa mãe África e de construir para ela um futuro glorioso e independente. (*The African Interpreter*, Verão de 1943).

Tal como os seus irmãos mais velhos do CAA, os membros da ASA multiplicaram as publicações, nomeadamente por meio do seu jornal, *The African*

Interpreter, bem como as pressões sobre os poderes públicos e os contatos de toda a espécie.

Num gênero novo, Mbadiwe criou igualmente uma Academia Africana das Artes e da Pesquisa que em 1945 contava já um milhar de membros e que tinha por objetivo promover a verdadeira face da cultura negra: organizou vários festivais de música, de dança e de teatro num dos locais mais prestigiados do *music-hall* americano, o Carnegie Hall em Nova Iorque, e depois em várias salas de espetáculo estrangeiras. Este novo instrumento contribuiu para modificar a visão que o mundo tinha do continente africano.

O renascimento do movimento pan-africano durante a Segunda Guerra Mundial teve por efeito reanimar o seu principal núcleo: o dos congressos pan-africanos de Du Bois. Em 1944, a Conferência sobre África realizada em Nova Iorque pelo CAA, que reuniu 112 pessoas, entre as quais o dr. A. B. Xuma do ANC, fez renascer a ideia de um V Congresso Pan-Africano. No mesmo ano, diferentes movimentos reunidos na Federação Pan-Africana (PAF) ofereceram a George Padmore o seu apoio para a organização desse encontro: o Congresso realizou-se em Manchester em 1945. Foi marcado por uma representação desigual no plano geográfico, como testemunha o seguinte quadro:

África	Nigéria	6 representantes
	Gold Coast	6
	Serra Leoa	3
	Gâmbia	2
	Libéria	2
	União Sul-Africana	2
	Uganda	1
	Tanganica	1
	Niassalândia	1
	Quênia	1
América	Estados Unidos	1
	Antilhas	33
Europa	Grã-Bretanha	(em maioria) 31

Os grandes ausentes eram pois os representantes da África Central, Austral e francófona (tradicionalmente ausentes), bem como os negros dos Estados Unidos, as igrejas negras, americanas e africanas, associadas aos congressos anteriores, e os brancos que, até então, tinham afirmado o seu interesse pelo movimento. Mas a reunião foi um acontecimento excepcional: nele estiveram lado a lado homens que viriam a ter um grande futuro político, como Wallace Johnson, Jomo Kenyatta, o Dr. Hastings Banda, Peter Abrahams, T. R. Makonen e Kwame Nkrumah. Além disso,

pela primeira vez, quatro partidos políticos estavam representados, nomeadamente o recém-criado *National Council of Nigeria and the Cameroons*. O vigor e a firmeza das ideias que se exprimiram no Congresso de Manchester punham em evidência uma nova África: a que marchava para a sua emancipação.

III. A EMANCIPAÇÃO

No limiar da Segunda Guerra Mundial, quase todo o continente africano vivia sujeito a um jugo imperial tão forte que não se imaginava ser possível um dia pôr-lhe termo. Embora a "idade de ouro colonial" apresentasse sinais precursores de decadência, nunca o imperialismo europeu pareceu tão florescente. No entanto, logo a seguir ao pós-guerra, estes mesmos impérios começaram a estilhaçar-se e, vinte anos depois da assinatura da paz, a maior parte da África recuperara a liberdade (documento 92).

A emancipação política da África, que se concentrou num curto espaço de tempo, foi tão espetacular como o fora a sua conquista pelos colonizadores, em finais do século XIX. Por isso, o acontecimento cuidadosamente orquestrado pelos intervenientes (políticos, militares, testemunhas) concentrou a atenção dos pesquisadores que estudavam de perto as sociedades e o movimento social assim como a dos observadores, nomeadamente dos jornalistas. Embora não falem materiais (crônicas e relatos dos acontecimentos, biografias e autobiografias etc.), está-se longe, no entanto, de ter clarificado todos os processos em jogo na descolonização: ainda são muitos os arquivos cuja consulta é vedada e sem os quais há muitas dimensões desta história que só podem ser objeto de suposições; além disso, a heroificação dos "pais da nação" detentores exclusivos do poder, muitas vezes depois da eliminação dos concorrentes, levou à deformação da história em vários países, ou mesmo a uma autêntica confiscação da memória; por fim, embora a crônica política dos acontecimentos seja relativamente conhecida, a interpretação do conjunto do processo, em especial nas suas dimensões sociais e económicas, continua a dividir os especialistas, tanto mais que os movimentos sociais, longe de terem terminado com as independências, não pararam de agitar os países africanos. Optou-se aqui por não se enumerar, caso a caso, os fatos que levaram a África à independência, mas proporcionar um plano de análise sobre os contextos, as condições e as modalidades do acesso à independência e restituir os discursos dos atores que dão aos acontecimentos o seu verdadeiro significado.

A. Um ambiente novo

A guerra acelerou o processo de "globalização" que, sendo até então principalmente económica, acabou por afetar cada vez mais a evolução política das diferentes partes do mundo: a África Negra viu-se diretamente afetada pelo ambiente novo que presidia à reestruturação do mundo, num sentido

que era favorável aos movimentos de libertação dos povos colonizados: Guerra Fria; declínio da Europa e o próprio princípio da colonização posto em causa; desinteresse crescente pelas colônias por parte dos europeus, preocupados essencialmente com os problemas da reconstrução; anticolonialismo das duas grandes potências; emancipação das colônias; renascimento do nacionalismo árabe e emergência de um "Terceiro Mundo".

I. A influência do afro-asiatismo

Na luta contra a colonização, a Ásia e a África do Norte levavam uma cabeça de avanço sobre a África Negra: já antes do conflito o nacionalismo e o anticolonialismo se tinham revelado vigorosos nalguns pontos do globo, nomeadamente na Índia, na Indochina, nas Índias holandesas (Indonésia), assim como nos países do atual Magrebe. A Segunda Guerra Mundial catalisou estes movimentos e deu-lhes a oportunidade de ganharem ímpeto. O avanço japonês tinha sido acompanhado pela vontade ostensiva e demagógica de levar a "libertação aos povos amarelos dominados pelos brancos": a Indochina e a Indonésia adquiriram assim uma primeira independência. Ao mesmo tempo, os nacionalismos haviam-se exacerbado na Índia, no Marrocos e na Argélia. Ao acabar a guerra e nos anos que se seguiram, estas colônias alcançaram a sua independência: os Estados Unidos deram o exemplo nas Filipinas; a Grã-Bretanha encetou de fato o movimento com a Índia, e a França resignou-se a conceder a independência ao Líbano, à Síria e depois à Indochina.

Sabe-se agora até que ponto estas experiências foram preciosas para a África, tanto porque lhe alimentaram as esperanças como, ao mesmo tempo, lhe permitiram extrair lições eficazes destas situações. Segundo D. A. Low: "Não é de modo algum fantasista afirmar que muitas grandes batalhas da África colonial britânica não foram travadas nas margens do Volta, do Níger ou do Zambeze mas nas do Ganges." A África convenceu-se assim, na sequência das experiências indochinesa e indonésia, de que a luta armada era um meio eficaz para se obter a independência, mas que a negociação com o colonizador representava uma alternativa igualmente eficaz que não devia ser descurada: a prova era o Norte da África, com exceção da Argélia. Além disso, e esta não foi a menor das consequências das independências na Ásia, a expansão do comunismo na Indonésia, na Indochina e, também, a sua vitória na China e a experiência original de um marxismo adaptado às condições particulares da China suscitaram muitos interesses e reforçaram os numerosos movimentos de inspiração comunista que se revelaram na África. Por fim, não é impossível que a participação de soldados negros nas guerras coloniais francesas na Indochina e na Argélia tenham paradoxalmente acelerado a progressão das ideias nacionalistas na África francesa.

Logo após o seu acesso à soberania, as novas nações manifestaram uma forte vontade de solidariedade para com as que ainda estavam sob o jugo estrangeiro. No Egito, Gamal Abdel Nasser mostrou-se especialmente atento aos problemas